



LR1



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /x (.ª)

PERGUNTA Número 2781 /x (4 .ª)

Expeça-se
Publique-se
19.6.2009
O Secretário da Mesa

[Handwritten signature]

Assunto: Atraso na aprovação do Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros

Destinatário: Ministro do Ambiente

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

Portugal dispõe de uma grande variedade de recursos naturais (geológicos), recursos que permitem ao nosso País dispor de uma relevante actividade de indústria extractiva, designadamente no subsector de pedreiras.

Essa actividade gera, não só importantes fontes de receita, como assegura trabalho para milhares de Portugueses.

Naturalmente, o desenvolvimento das actividades extractivas tem impactos negativos no ambiente, razão pela qual as mesmas devem estar sujeitas a condicionamentos legais porventura mais exigentes do que os aplicáveis a outras realidades económicas.

Os referidos condicionamentos são particularmente exigíveis nos casos em que as pedreiras se situem em áreas protegidas, como é o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

Sucede que a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, relevante para o licenciamento das referidas actividades de extracção, decorre desde 2007 sem que se conheça ou saiba quando será finalmente aprovado pelo Governo, situação que prejudica gravemente as actividades económicas nas Serras de Aire e Candeeiros, e respectivas zonas limítrofes, e está a por em risco milhares de postos de trabalho no sector (cerca de 5 mil), que é o que mais emprego oferece na referida região.



Com efeito, inexistente actualmente suporte legal para as autarquias locais emitirem licenças destinadas à exploração de calçada à portuguesa e lajes, como foi já, em Fevereiro p. p., levado ao conhecimento do Governo pelos autarcas de Alcanena, Alcobaça, Batalha, Ourém, Porto de Mós, Santarém e Torres Novas.

A verdade é que o referido Plano esteve em discussão pública entre 20 de Março e 3 de Maio de 2007, ou seja, há mais de dois anos.

Em Março de 2009, o gabinete do Ministro do Ambiente referiu que a responsabilidade pelo facto de a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros não se encontrar aprovada era do Instituto de Conservação da Natureza, já que este organismo, dependente do Ministro referido, só tinha entregue o projecto de Plano *“há poucas semanas”*, daí que o mesmo se encontrasse *“no Ministério do Ambiente, em fase de consolidação.”*

Acontece que a referida resposta tem já 3 meses e não há notícia de o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros tenha sido já aprovado em Conselho de Ministros.

Esta situação é profundamente prejudicial para a região e as respectivas populações, para mais no actual momento de crise e de aumento do desemprego em que Portugal se encontra mergulhado, não se compreendendo nem aceitando a inacção do Governo, que está, objectivamente, a agravar os problemas de emprego nos distritos de Leiria e Santarém.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Deputado abaixo assinado vem, através de Vossa Excelência, requerer ao Governo que preste as seguintes informações:

1. Em que data pretende o Governo aprovar a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros, cujo período de discussão pública decorreu entre Março e Maio de 2007?
2. Como explica o Governo que a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros demore mais de dois anos a ser preparada pelo Instituto de Conservação da Natureza e aprovada em Conselho de Ministros (o que, no entanto, ainda não se sabe ter acontecido)?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Palácio de São Bento, 17 de Junho de 2009.

O Deputado

(Feliciano Barreiras Duarte)